



CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL: LIBERALISMO OU INTERVENCIONISMO ESTATAL

Crise econômica Internacional

A crise econômica hoje enfrentada pelos países desenvolvidos vem possibilitando discussões sobre as diversas orientações ideológicas defendidas pelos Estados e governos, variando desde os economistas clássicos que defendiam a não-intervenção na economia até os mais progressistas que defendem medidas de crescimento e incentivo industrial.

Os economistas clássicos partiam do pressuposto que a economia era regida por leis naturais, o que isentava a necessidade de intervenção e regulação de mercados. Entendidas como ciclos e inerentes a todo processo econômico, as crises seriam superadas pelo aquecimento do mercado interno e pelo consumo de produtos estocados.

Atualmente, outros desafios são enfrentados pelos governos como forma de conter a pior crise enfrentada desde a grande recessão com o crash da bolsa de valores de Nova Iorque. Em 2008 foi perceptível a crise que se deu a partir da bolha imobiliária e do desequilíbrio da economia norte-americana no período pós 11 de setembro. As duas grandes guerras que o governo americano enfrentou em curto período de tempo foram essenciais para contribuir para o alastramento da crise.

Somado a isso, o governo enfrentou a oferta de crédito hipotecário, concedido a clientes considerados de alto risco. Denominados de subprime, esse tipo de empréstimo a investidores de alto risco e somados a alta inadimplência levou a falência de várias instituições de crédito. Os subprimes foram concedidos a clientes sem comprovação de renda e com péssimo histórico de contas. Enquanto os preços de imóveis permaneciam altos até era possível quitar as dívidas com as instituições credoras, no entanto, dado a alta oferta de imóveis no mercado, o preço começou a despencar, ocasionado a chamada "bolha imobiliária".

A grande mudança no espaço político americano foi possível através do discurso ideológico dos partidos. Diferente do Brasil, o governo americano é pautado num sistema bi partidarista, dividido no espaço entre republicanos e democratas. Desde a grande recessão de 29, o partido democrata rompeu o monopólio de décadas de hegemonia republicana. Adeptos de uma ideologia mais 'conservadora' política e economicamente, os republicanos desde Lincoln se concentraram na defesa de um liberalismo clássico, aquele proveniente da não intervenção do estado na economia e da redução da máquina estatal e dos impostos.



Do outro lado ideológico, surgiram os democratas com propostas consideradas mais progressistas. Permitiram uma recuperação mais rápida da crise, tomando atitude anti-liberais e injetando capital estatal e investindo na recuperação econômica. Respectivamente na crise de 29 e na crise imobiliária a redução de desempregos foi rápida e eficaz e permitiu que bancos tivessem ajuda de custo de verbas do governo.

Esse é o núcleo que se concentra hoje nas propostas defendidas pelos governos da União Europeia, resgatar a crise econômica tomando medidas que se radicalizam nas propostas liberais do estado clássico e naquelas que foram o carro-chefe das ideologias Keynesianas. Lembra-se de John Keynes? O partido democrata se baseou nas ideias do keynesianismo para discutir o papel do estado e permitir uma recuperação que demoraria muito mais se fosse pautada no ciclo natural defendido pelos liberais.

É nesse sentido que a Europa hoje se radicaliza entre os grupos que defendem o retorno aos ideais clássicos e os novos adeptos da política de intervenção estatal. Seguidos pela Alemanha, os países que defendem a recuperação da Zona do Euro baseiam-se em medidas chamadas de austeridade. São medidas que visam a diminuição da máquina pública a partir da redução de custos. São cortes que diminuem toda uma gama de serviços como saúde até previdência social. A Grécia, país com maior incidência da crise, sofre pressões e sanções para que busque reduzir seu déficit econômico. Precisa-se cortar na raiz, e solucionar o principal problema considerado na Grécia, que tem o sistema de aposentadoria mais caro da Europa, segundo o FMI. A aposentadoria na Grécia chega a custar quase 10% do PIB, se comparada a Alemanha, que custa 2,5%.

Dos 27 estados concentrados na zona da UE até 2012 (agora são 28 desde 2013, com a entrada da Croácia), 25 deles se comprometeram a selar acordos de Pacto fiscal, com risco de serem punidos caso as dívidas públicas comprometam o orçamento do país. Apenas a Grã-Bretanha e República Tcheca estiveram fora do Pacto, o que pode ser explicado, no caso da Inglaterra, por manter junto com mais 8 países a não adoção do Euro como moeda oficial. Isso representa a força que a Libra ainda tem na economia britânica

No outro extremo ideológico, liderado pelo recém-eleito presidente socialista francês François Hollande, busca-se discutir o Pacto fiscal. Isso pelo fato de que a austeridade é vítima de recursos extremamente anti-populares, como cortes em serviços básicos como saúde e educação. Para tanto, se defende propostas concentradas no crescimento econômico associado a maior participação do estado na economia. Percebeu o retorno de Keynes?



É justamente essas medidas que devam promover mais empregos, priorizar investimentos em peças-chave da economia e rediscutir uma reforma tributária e fiscal, que segundo alguns, é uma forma de taxaço de impostos visando atingir os mais ricos. Com esse panorama de incerteza, a Grécia permanece atada a voz dos mais fortes, àqueles que ganharem a queda de braço da imposição de medidas concentradas ou no Pacto Fiscal ou nas medidas de crescimento econômico. É esperar para ver a consequência de radicalizações ideológicas.

Outros desafios se impõem as consequências de uma crise de proporções como a pior enfrentada desde a de 29. Os governos buscam outros modelos para solucionar crises

